



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Ambiente e Sociedade [ST]

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AS CRIANÇAS - NOVAS VULNERABILIDADES?

FONSECA, Susana

Doutoramento em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,
susana.fonseca@ics.ulisboa.pt

DELICADO, Ana

Doutoramento em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,
ana.delicado@ics.ulisboa.pt

ROWLAND, Jussara

Licenciatura em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,
jussara.rowland@ics.ulisboa.pt

SCHMIDT, Luísa

Doutoramento em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,
lschmidt@ics.ulisboa.pt

ALMEIDA, Ana

Doutoramento em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,
ana.nunes.almeida@ics.ulisboa.pt

Resumo

É reconhecido pela comunidade científica que as alterações climáticas terão, como uma das suas consequências mais visíveis, a ocorrência com maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos. Estes eventos poderão, em muitos casos, resultar em desastres ou catástrofes de dimensão significativa, cujos impactos se farão sentir de forma mais intensa sobre os grupos mais vulneráveis, entre eles as crianças.

No caso de catástrofe, as crianças são um dos grupos mais vulneráveis. As suas características específicas em termos físicos, emocionais/psicológicos e educacionais, associadas a fatores como a idade, o género, as condições de saúde, o acesso a recursos, o ambiente construído em que vivem ou as redes de sociabilidade, colocam-nas habitualmente numa situação de grande dependência e vulnerabilidade.

Isto mesmo é reconhecido pela agência das Nações Unidas encarregue de trabalhar com as crianças – a UNICEF – que assumiu recentemente a necessidade de reforçar o seu trabalho e intervenção sobre o tema das alterações climáticas, por o considerar como uma das grandes ameaças aos direitos das crianças no presente e, em particular, no futuro.

Os resultados a apresentar estão integrados no projeto de investigação CUIDAR – Culturas de resiliência à catástrofe entre crianças e jovens, financiado pelo programa Horizon 2020, que está a ser desenvolvido no ICS - Ulisboa, em parceria com o Reino Unido, Espanha, Itália e Grécia.

Abstract

The scientific community recognizes that climate change has as one of its more visible consequences the more frequent occurrence of extreme climate events. These events could, in many cases, result in significant disasters and catastrophes, whose impacts will be felt more intensively by vulnerable groups, among them children.

In case of catastrophes, children are one of the vulnerable groups. Its physical, emotional/psychological and educational characteristics associated with age, gender, health conditions, access to resources, physical environment, sociability networks place them in a particularly vulnerable and dependent situation.

This situation is recognized by the United Nations Agency in charge of working with children – UNICEF – who recently assumed the need to strengthening its work on climate change, for the impacts and threats that presents to children's rights in the present and in the future.

The results presented are part of a wider research project - CUIDAR - Cultures of Disaster Resilience amongst Children and Young People, financed by Horizon 2020, that is being developed at ICS – Ulisboa, and includes partners from the UK, Spain, Italy and Greece.

Palavras-chave: vulnerabilidade; catástrofes; crianças; alterações climáticas

Keywords: vulnerability; disasters; children; climate change

[COM0120]

1 Introdução

Nesta comunicação pretende-se debater o papel das crianças em contexto de catástrofe, com particular destaque para as suas vulnerabilidades específicas, mas também para as suas particularidades que podem ser vantajosas para a gestão de uma situação de crise. Partindo do debate sobre a forma como as crianças são, ou não, envolvidas no desenvolvimento de estratégias de gestão de catástrofes - preparação, resposta e recuperação - procura-se explorar o papel que as crianças podem e devem ter nestes processos e, em particular, a forma como um tema emergente de grande relevo em termos mundiais - as alterações climáticas - podem representar um novo desafio ao nível da gestão das catástrofes e da construção da resiliência das comunidades, dando particular destaque para os grupos mais vulneráveis, como as crianças.

Este trabalho insere-se no âmbito do projeto CUIDAR - Culturas de construção de resiliência aos desastres entre as crianças e os jovens, um projeto Europeu (financiado pelo programa Horizonte 2020; acordo de financiamento n.º 653 753) que tem como objetivos:

- Compreender as experiências das crianças com desastres, o impacto nas suas vidas, a sua resiliência e o processo de recuperação a longo-prazo;
- Descobrir quais as melhores formas de apoiar as crianças durante uma situação de desastre e como é possível aumentar a sua resiliência face a futuras situações de emergência;
- Influenciar as políticas e as práticas na área da emergência, no sentido destas irem ao encontro das necessidades e promoverem a resiliência das crianças e dos jovens.

Este projeto é liderado pela Universidade de Lancaster e conta com a participação de equipas em diferentes países: Portugal, Espanha, Grécia e Itália.

2 Enquadramento teórico

Um dos focos principais na análise do impacto das situações de desastre nas crianças ancora no conceito de vulnerabilidade. As Nações Unidas definem-na como: “As características e circunstâncias de uma comunidade, sistema ou bem que o tornam suscetível aos danos resultantes de um perigo.” (UNISDR, 2009). Contudo, a definição usada pela ONU nem sempre foi esta, sendo que previamente o conceito de vulnerabilidade era definido como: “as condições determinadas por fatores e processos físicos, sociais, económicos ou ambientais, que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade aos impactos de desastres” (UNISDR, 2008). Em suma, as duas definições diferem na integração da noção de processo na construção da vulnerabilidade, aproximando a versão mais recente do conceito da perspetiva de vulnerabilidade como uma fotografia do momento (*snapshot in space and time*), que desconsidera o papel da história na sua construção (Lewis *et al*, 2010). Esta abordagem apresenta o risco de olhar de forma parcelar para um dado evento e ignorar o processo que conduziu a esse evento, focando apenas aspetos do presente: “Ao invés de ser compreendido como o resultado de processos e influências externas de natureza política ou comercial, a vulnerabilidade continua, muitas vezes, a ser considerada como um produto da má sorte, ausência de perceção interna, apatia ou práticas quotidianas inadvertidas” (Lewis *et al*, 2010, pp 198).

Neste contexto, uma abordagem do conceito de vulnerabilidade implica considerar diferentes aspetos da vulnerabilidade: políticos, sociais, culturais, económicos, biológicos, físicos, religiosos e morais e integrar não apenas as pessoas, mas também aos lugares: “Os ocupantes de locais, comunidades e edifícios, com conhecimento disso ou não, herdaram e ficam sujeitos à vulnerabilidade dos locais. Os locais têm existências mais longas do que as pessoas (...). O que foi feito ou não a um dado local por pessoas num passado mais longínquo ou recente, pode vir a afetar, não apenas os seus ocupantes naquele momento, mas todos aqueles que os seguirão por muito anos e (...)” (Lewis *et al*, 2010, pp 193, 194).

A relevância da história do local e da evolução cultural em que esteve envolvido não pode ser ignorada para que seja possível fazer uma análise consequente, sendo que esta pode implicar um olhar retrospectivo de vários séculos.

Vulnerabilidade é também muitas vezes confundida com pobreza, privação, marginalização e outras conotações de vitimologia e tende a ser descoberta após o evento. Esta abordagem mais tradicional do conceito impede o reconhecimento de que para que o conceito de vulnerabilidade seja útil é necessário que assuma um carácter de previsão no sentido de mostrar as causas e apontar as formas como poderá ser reduzida (Cannon, 2008). A identificação da múltipla exposição de uma dada comunidade, indivíduo ou local assume enorme relevância para uma análise de gestão de catástrofes ou desastres e lidar com a vulnerabilidade associada a esse contexto, desde logo porque existe uma forte tendência para a convergência de diferentes desafios - alterações climáticas, pobreza, terremotos, injustiças, ciclones tropicais, desigualdades, deslizamentos de terras, sobre-exploração de recursos naturais, epidemias e falta de água - junto daqueles que menos capacidades e recursos possuem para reagir. Quando se considera apenas uma ou uma dupla exposição acaba, muitas vezes, por se esconder (para longe do debate público e das acções de política) outros fatores de exposição que podem assumir grande relevância para o contexto em análise. (Kelman, 2015).

Contudo, uma análise do conceito de vulnerabilidade implica habitualmente entrar em linha de conta com o conceito de resiliência, entendida como “a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade resistir, absorver, acomodar e recuperar de uma forma atempada e eficiente, quando exposta a um perigo, nomeadamente, através da preservação e restauração das suas estruturas e funções básicas”(UNISDR, 2009). A definição apresentada pelas Nações Unidas tende a ser entendida como insuficiente para integrar a plenitude do conceito de resiliência, onde às capacidades de absorção e adaptação, diversos autores juntam a capacidade transformativa (Béné *et al.*, 2012; Benadusi, 2014).

Também neste caso, operou-se uma mudança na definição do conceito por parte da UNISDR (como aconteceu no caso do conceito de vulnerabilidade) com a diminuição do espaço dado à mudança, deixando de integrar de forma clara a importância de trabalhar a capacidade do sistema social para se organizar, no sentido de aumentar a capacidade de aprender com eventos passados, para prevenir e proteger melhor no futuro e para melhorar as medidas de redução do risco (Lewis *et al.*, 2010).

Este conceito tem progressivamente vindo a ser integrado com maior frequência nos modelos de prevenção de desastres, permitindo associar ao objetivo de prevenção de perdas, os fatores que promovem comunidades saudáveis que são capazes de suportar e reagir aos efeitos de um evento perturbador (Ronan *et al.*, 2005).

A relação entre vulnerabilidade e resiliência é, para vários autores, considerada muito próxima, desde logo porque qualquer objetivo de promover uma estratégia de resiliência deveria assentar na redução da vulnerabilidade, e daí ser tão importante que se tenha uma visão abrangente sobre os fatores de vulnerabilidade de uma dada comunidade ou local. Sem esse conhecimento profundo e amplo em termos de fatores integrados, por muito que seja trabalhada a resiliência, as comunidades estarão sempre sujeitas a processos de vulnerabilidade de longo prazo, tantas vezes disfarçados, pouco evidentes ou mesmo desconhecidos ou mal compreendidos (Lewis *et al.*, 2010).

Neste contexto, o debate em torno da capacidade transformativa dos processos de construção da resiliência torna-se central para ter uma noção mais clara da capacidade da resiliência para induzir a mudança nos fatores de vulnerabilidade, indo para além da adaptação, até à possibilidade de mudar as condições locais que possam estruturar uma comunidade transformada rumo à resiliência (Benadusi, 2014).

Estamos perante o que alguns autores apelidam como as três capacidades em jogo na construção da resiliência - absorção (estabilidade), adaptação (flexibilidade) e transformação (mudança) (Bené *et al.*, 2012). A ativação das diferentes capacidades está ligada à intensidade do choque ou desastre inicial, havendo uma tendência para a próxima capacidade ser acionada quando a anterior se encontra exaurida. Contudo, é na fase

de transformação que o *status quo* pode ser questionado, e onde a combinação de inovações tecnológicas, reformas institucionais, mudanças comportamentais e culturais, o questionamento dos pressupostos e a capacidade de examinar ideias feitas pode ser acionada no sentido de induzir a redução da vulnerabilidade e, conseqüentemente, o incremento da resiliência (Bené *et al*, 2012).



Figura 1 - Relação entre vulnerabilidade e resiliência

3. Vulnerabilidade e resiliência das crianças

O tema do impacto de desastres e catástrofes sobre as crianças não tem sido muito estudado nas ciências sociais (Fothergill *et al*, 2006), em particular na sociedade europeia, ainda que no contexto de países em desenvolvimento a pesquisa seja já mais corrente. Esta aparente invisibilidade das crianças contrasta com o facto de serem uma das partes da população que mais é impactada pela ocorrência de catástrofes. À medida que a frequência e a intensidade das catástrofes e eventos aumenta um pouco por todo o globo – tsunamis, as tempestades, os terremotos, o terrorismo, as inundações, etc. – as crianças tendem a ser abordadas como vítimas passivas e sem capacidade de resposta, que aguardam por ajuda, uma imagem que tende a ser amplificada pelos meios de comunicação (Peek, 2008; Tanner, 2010).

De forma mais concreta, pouca tem sido a atenção dedicada às necessidades e experiências das crianças e jovens em situações de desastre, às suas capacidades e competências para participar em planos de preparação e resposta a situações de emergência, na gestão de desastres, no apoio à recuperação das suas famílias e das suas comunidades, ou à sua contribuição para a redução do risco de desastres e construção da resiliência.

Contudo, em anos mais recentes, em particular com o lançamento da Estratégia de Hyogo (2005-2015) e, mais recentemente, a Estratégia de Sendai (2015-2030), observou-se uma reviravolta em termos de participação, dado que ambos os documentos enfatizam a participação comunitária como um elemento estruturante das suas prioridades de ação.

Para mais, vários estudos têm demonstrado (Tanner 2010, Lopez *et al* 2012, Towers *et al*. 2014) que o envolvimento das crianças nas fases de prevenção e mitigação de potenciais desastres e nas ações de salvamento, apoio e reabilitação de um desastre tem impactos positivos sobre os riscos e sobre a redução dos impactos.

De qualquer modo, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, no artigo 12º, abre a porta a que as crianças possam expressar a sua perspectiva e tenham condições para o fazer, ao mesmo tempo que refere que as suas posições devem ser ouvidas e levadas em consideração nos processos de tomada de decisão.

O envolvimento das crianças pode ser feito de múltiplas formas entre elas o acesso a informação, à sua capacitação através de encorajamento da sua participação nas atividades de preparação e resposta a desastres, providenciando apoio à família ou à comunidade e assegurando um tratamento equitativo. Este foco na promoção da resiliência das crianças e jovens é um investimento na resiliência das famílias e da própria comunidade (Peek, 2008).

Ao mesmo tempo é importante ter presente que, sendo as crianças um grupo vulnerável, não devem ser tratadas como um grupo homogêneo, mas deve ser tido em conta a idade, o género ou o grupo sócio-económico (Mitchel *et al*, 2014).



Figura 2 - Crianças e vulnerabilidade

4 - Vulnerabilidade e resiliência das crianças perante as alterações climáticas

Organizações como a UNICEF, tendem a apresentar as alterações climáticas como uma ameaça aos direitos das crianças, em particular, das mais vulneráveis, havendo mesmo a perspectiva de que no futuro a mudança climática com as suas consequências poderão fazer regredir indicadores relevantes na área dos direitos das crianças. Entendem que os impactos das alterações climáticas e da degradação ambiental fazem-se sentir em todas as áreas estratégicas em que trabalham (Plano Estratégico da UNICEF 2014-2017), nomeadamente: saúde, nutrição, HIV, água e saneamento, proteção da criança, inclusão e educação.

Eventos extremos como as ondas de calor, as secas, as inundações, as tempestades atingem com particular violência as crianças, sendo por isso reconhecida a importância do desenvolvimento de políticas, de sensibilização, de construção de capacidades institucionais e de apoio a comunidades para que se possam adaptar, tendo particular atenção aos impactos das AC sobre as crianças.

<i>Saúde</i>	Aumento dos riscos para a saúde decorrentes das tempestades, inundações, secas; doenças transmitidas pela água e por vetores
<i>HIV</i>	Consideram que existem ligações indiretas, mas ainda não muito bem definidas
<i>Água e saneamento</i>	Escassez de água (potável, subterrânea, superfície); aumento das cheias e inundações que podem resultar na contaminação da água e em problemas sanitários e de higiene para as crianças.
<i>Nutrição</i>	Diminuição dos alimentos disponíveis e da produção animal o que em regiões mais pobres pode conduzir a deficiências na nutrição. Segundo o IPCC, os problemas de nutrição associados aos eventos climáticos extremos poderão ser uma das consequências mais importantes das AC.
<i>Educação</i>	Perturbações na frequência da escola e aumento da taxa de desistência devido a desastres, migração para zonas mais seguras, danos nos edifícios escolares e nas infraestruturas de acesso à escola, doença; os custos de reabilitação poderão depauperar os orçamentos destinados ao setor da educação; necessidade de assegurar um rendimento extra devido a perda de colheitas; necessidade de usar mais tempo para ir buscar água; muitos destes impactos tenderão a ser marcados pelo género.
<i>Proteção das crianças</i>	É expectável que os impactos das AC resultem num aumento das deslocações de pessoas, aumentando os riscos de conflitos violentos (ao amplificarem fatores de conflito como a pobreza e as crises económicas).
<i>Inclusão social</i>	Prevê-se que os impactos das AC atrasem ou diminuam o crescimento económico, prolonguem ou criem novas bolsas de pobreza, conduzindo a maior desigualdade.

Tabela 1- Impactos das alterações climáticas sobre as crianças por áreas

Mas ao mesmo tempo que se identificam as vulnerabilidades das crianças face às consequências das alterações climáticas, na literatura científica é possível encontrar exemplos muito claros da capacidade de resiliência deste grupo da população e dos contributos positivos que podem dar para aumentar a resiliência de toda a comunidade.

Como relatam Mitchell e Borchard (2014), no Quénia foi desenvolvido um projeto sobre alterações climáticas que envolveu 40 crianças e cujo objetivo era estimular o desenvolvimento de micro-soluções para aumentar a resiliência da comunidade às alterações climáticas (água e segurança alimentar). As crianças pensaram na utilização de sacos de transporte de grãos para cultivar vegetais, pois estes ocupavam pouco espaço e necessitavam de menos água do que em terreno aberto. Este método foi testado na escola e rapidamente começou a ser usado pela comunidade. Foram também implementadas hortas escolares que, dado o seu sucesso, rapidamente aumentaram de dimensão e permitiram a realização de experiências com culturas resistentes à seca. Um outro projeto passou pela recolha de resíduos para construir briquetes para usar nos fogões (menos emissões e redução da desflorestação), sendo que um dos jovens lançou uma micro-empresa para vender o produto.

Numa região diferente do globo – no Vietname - em 2006 ocorreu um acidente com um barco onde morreram 19 crianças, tendo o desastre sido motivado por grandes cheias. Um jovem de 11 anos ficou chocado com o facto de tantas crianças terem falecido e de muitas delas ainda estarem com a mochila às costas, pelo que avançou com a criação de um modelo de mochila flutuante que, após várias experiências, acabou por se tornar num modelo funcional e atraente. Após ter convencido a mãe a lançar um negócio de

produção e distribuição do modelo da mochila, foi apoiado pelo Governo, acabando as mochilas por ser distribuídas em várias escolas em zonas com maiores riscos de inundação. A mochila ganhou um prémio nacional de design e um internacional.

Em suma, as alterações climáticas já estão a agudizar algumas condições que podem, de facto, induzir maior risco junto dos grupos da população que são mais vulneráveis aos fenómenos extremos e às consequências que deles decorrem, mas também já existem exemplos claros do papel que as crianças e jovens podem desempenhar no desenho e implementação de estratégias de redução do risco de catástrofe, em particular, através do aumento da resiliência das comunidades.

O projeto CUIDAR está a desenvolver um trabalho com jovens de duas faixas etárias distintas – 9/10 anos e 14/15 anos – no sentido de, através de workshops participativos sobre o tema das alterações climáticas, permitir que as crianças e jovens coloquem questões, investiguem e planeiam estratégias de redução do risco e construção da resiliência e proponham formas de partilhar ideias com outros grupos sociais e advogar para que determinadas ações e propostas possam ser implementadas.

Sendo o objetivo último deste projeto permitir que a perceção e as perspetivas das crianças e jovens sejam ouvidas e integradas em documentos estratégicos nacionais e regionais, após a realização dos workshops participativos realizar-se-ão encontros entre as crianças e jovens e representantes dos diferentes atores envolvidos na preparação, resposta e recuperação após um desastre – *mutual learning exercises*. Através desta estratégia, o projeto CUIDAR procura contribuir para que as vozes e as perspetivas das crianças e jovens possam ser ouvidas, compreendidas e reconhecidas como um input valioso para uma sociedade que, não obstante os necessários esforços de mitigação das alterações climáticas que terão que continuar a ser implementados, tem desde já que reforçar a sua capacidade de adaptação às consequências deste problema global que já se fazem sentir.

Referências

Benadusi, Mara (2014): Pedagogies of the Unknown: Unpacking ‘Culture’ in Disaster Risk Reduction Education in *Journal of Contingency and Crisis Management*, Volume 22, Issue 3, September 2014, DOI: 10.1111/1468-5973.12050

Béné, Christophe, Rachel Godfrey Wood, Andrew Newsham and Mark Davies (2012) Resilience: New Utopia or New Tyranny? Reflection about the Potentials and Limits of the Concept of Resilience in Relation to Vulnerability Reduction Programmes, *IDS WORKING PAPER* Volume 2012 Number 405, <http://www.ids.ac.uk/files/dmfile/Wp405.pdf>

Cannon, T. (2008) Reducing People’s Vulnerability to Natural Hazards: Communities and Resilience. Research Paper 2008/034. Helsinki: UNU-WIDER., <https://www.wider.unu.edu/publication/reducing-people%E2%80%99s-vulnerability-natural-hazards>

Nações Unidas – *International Strategy for Disaster Reduction* (2009), <https://www.unisdr.org/we/inform/terminology>

Fothergill, A., & Peek, L. (2006). Surviving catastrophe: A study of children in Hurricane Katrina. In *Learning from catastrophe: Quick response research in the wake of Hurricane Katrina*, Boulder: Institute of Behavioral Science, University of Colorado. (pp. 97–129).

Lewis, James e Ilan Kelman (2010): Places, people and perpetuity: Community capacities in ecologies of catastrophe, *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, Vol 9, No 2 (2010), <HTTP://OJS.UNBC.CA/INDEX.PHP/ACME/ARTICLE/VIEW/866/722>

Lopez, Y., Hayden, J., Cologon, K., & Hadley, F. (2012). Child participation and disaster risk reduction. *International Journal of Early Years Education*, 20 (3), 300–308.

- Peek, L. (2008). Children and disasters: Understanding vulnerability, developing capacities, and promoting resilience-an introduction. *Children Youth and Environments*, 18(1), 1–29.
- Mitchell, Paul e Caroline Borchard (2014) Mainstreaming children's vulnerabilities and capacities into community-based adaptation to enhance impact, *Climate and Development*, 6:4, 372-381, DOI: 10.1080/17565529.2014.934775
- Kelman, I., Gaillard, J.C. & Mercer (2015) Climate Change's Role in Disaster Risk Reduction's Future: Beyond Vulnerability and Resilience, *International Journal of Disaster Risk Science*, 6: 21. doi:10.1007/s13753-015-0038-5
- Ronan, Kevin e David Johnston (2005), *Promoting Community Resilience in Disasters - The Role for Schools, Youth, and Families*, Springer, DOI 10.1007/b102725
- Tanner, T. (2010). Shifting the Narrative: Child-led Responses to Climate Change and Disasters in El Salvador and the Philippines. *Children & Society*, 24(4), 339–351.
- Towers, B., Haynes, K., Sewell, F., Bailie, H., Cross, D. (2014). Child-centred disaster risk reduction in Australia: Progress, gaps and opportunities. *Australian Journal of Emergency Management*, 29(1), 31–38.